



REVISTA POLÍTICA LATINOAMERICANA

Publicación digital semestral

Director: Mario Toer

politicalatinoamericana.org/revista

GOLPE Á BRASILEIRA¹

crise política e econômica, impedimento e lutas democráticas

Jean Tible é professor do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo. Autor de *Marx Selvagem* (São Paulo, Annablume, 2013) e co-organizador de *Junho: potência da rua e das redes* (Fundação Friedrich Ebert, 2014) e *Cartografias da emergência: novas lutas no Brasil* (FES, 2015). Contato: jeantible@usp.br

1 este artigo faz parte de uma sequência de artigos em espanhol nos últimos anos, de análises sobre a conjuntura brasileira, antes publicados na *Nueva Sociedad* em três oportunidades: ¿Una nueva clase media en Brasil? El lulismo como fenómeno político-social. *Nuso*, Enero-Febrero 2013; Encrucijadas brasileñas: entre protestas, procesos y elecciones. *Nuso*, Enero-Febrero 2015 e (com Alana Moraes) ¿Fin de fiesta en Brasil? *Nuso*, Septiembre-Octubre 2015.

RESUMEN

El golpe brasileño se inserta en un linaje de “nuevos golpes” (sin intervención de las Fuerzas Armadas), que tocan tanto a América Latina (Honduras, Paraguay, Guatemala) como tal vez otros cantos del planeta. Se intenta, en ese texto, el siguiente camino acerca de la situación brasileña contemporánea, distinguible en tres momentos: buscar comprender el golpe en curso; efectuar un brevísimo balance del lulismo; analizar el gobierno provisorio y las perspectivas democráticas de las luchas.

ABSTRACT

The brazilian coup is inserted in a lineage of “new coups” (without the army's intervention), that are happening in Latin America (Honduras, Paraguay, Guatemala) and may be in other parts of the world. We try, in this text, to follow this path about the brazilian contemporary situation on three parts: understand the coup in course; make a short balance of the lulismo; analyze the provisory government and the democratic and struggles perspectives.

Abertura

O Paraguai, para muitos brasileiros, constitui o outro não-desejado, o inferior, atrasado, subdesenvolvido. Um produto paraguaio, num sentido pejorativo e elitista, é frequentemente um produto falsificado, de má qualidade. Numa mirada mais histórica, a Guerra da Tríplice Aliança representa uma das “caixas pretas” da democracia nacional e regional e o Itamaraty se coloca como uma das instituições mais refratárias à abertura destes e de outros arquivos. Na linda peça de teatro *Caranguejo overdrive* (Aquele Cia. de Teatro), inspirada no livro *Homens e caranguejos* de Josué de Castro, um jovem soldado negro e pobre retorna traumatizado da Guerra do Paraguai (como é chamada no Brasil) à uma cidade que não mais lhe pertence, pois a região popular do mangue, no centro do Rio de Janeiro, onde ele vivia e catava caranguejos, havia sido totalmente transformada, aterrada e “limpada”.

Lembro da surpresa com o golpe ocorrendo no Paraguai durante a Rio+20, em maio de 2012. Teria sido a firme atitude de Dilma Rousseff, de oposição a essa ruptura democrática, sem saber premonitória? O golpe brasileiro se insere numa linhagem de “novos golpes” (sem intervenção das forças armadas), que atingem tanto a América Latina (Honduras, Paraguai, Guatemala; na Bolívia e Venezuela foram derrotados na década passada) quanto outros cantos do planeta (Grécia nos últimos anos? Reeleição de Bush em 2003?). Vamos, nesse texto, percorrer a situação brasileira contemporânea em três momentos: buscar compreender o golpe em curso; efetuar um brevíssimo balanço do lulismo; analisar o governo provisório e as perspectivas democráticas, das lutas.

Golpe, então

Um golpe parlamentar, midiático, judicial, patronal e civil. Um golpe constitucional, cujo processo vem tramitando pelo Congresso e sendo referendado (ao menos, por ora) pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Seria o argumento mais forte dos golpistas. Ou o mais legalista. Mas o que é invocado realmente contra Dilma? De não conseguir dar um rumo ao país e alguma perspectiva de saída da crise. Como o admitiu há poucos dias a líder do governo interino no Senado, Rose de Freitas, “não teve esse negócio de pedalada, nada disso. O que teve foi um país paralisado, sem direção e sem base nenhuma para administrar”². Um tipo de solução parlamentarista num regime presidencialista. À medida em que as crises política e econômica foram alimentando uma a outra, os setores empresariais que apoiavam Dilma foram mudando de posição. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) constituiu a triste precursora. Chefiada por Paulo Skaf, filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e candidato derrotado ao Governo do Estado e à Prefeitura de São Paulo nos últimos anos, esse setor foi, no entanto um dos mais beneficiados pela política

2 Marina Dias. “Líder do governo rejeita pedaladas e defesa de Dilma usará fala em processo”. *Folha de S. Paulo*, 25/06/2016.

econômica e fiscal do primeiro Governo de Dilma, com desonerações tributárias e outras medidas³. Naquele momento, Skaf chegou a comprar espaço de publicidade na televisão para elogiar as medidas de Dilma. No início deste ano as defecções foram crescendo e, por volta de março, quase todos estavam contra Dilma: jornais e mídia, associações empresariais, bancos e grupos econômicos, parlamentares e opinião pública.

O motivo formal da abertura do processo de impedimento foram as chamadas pedaladas e as manobras fiscais relativamente corriqueiras no orçamento, que seus antecessores executaram, que Temer também assinou, assim como dezessete dos atuais governadores⁴ e inclusive o relator no Senado durante seu governo em Minas Gerais ou, ainda, como o governo provisório está fazendo. Na argumentação golpista, tratar-se-ia de um crime de responsabilidade que justificaria o impedimento da Presidenta. A situação nesse presente momento do Estado do Rio de Janeiro indica como os critérios são volúveis: o Estado, governado pelo PMDB desde 2006, decretou, no dia 17 de junho, estado de calamidade pública para fazer frente à bancarrota de um Estado que não logra mais pagar servidores e garantir serviços essenciais⁵. Deu-se, então, uma pedalada, coordenada com o presidente interino, para poder receber o socorro financeiro da União e garantir recursos necessários à realização das Olimpíadas.

Pode-se ver esse processo em curso, também, como uma auto-defesa dos mais corruptos dos políticos de um sistema corrupto. As gravações feitas por Sergio Machado (ex-senador e ex-presidente da Transpetro e quadro do PMDB) e divulgadas por não se sabe por quem nem como, indicam isso de modo extremamente claro: Romero Jucá, braço-direito de Temer, quem o escolheu para chefiar o PMDB e por algumas semanas o seu Ministro interino do Planejamento, indica a estratégia de derrubar a Dilma para brechar a Operação Lava Jato e salvar o sistema político. Essa conspiração, segundo Jucá, abarcaria ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), os tucanos (Partido da Social Democracia Brasileira, PSDB) e até os militares, que estariam monitorando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)⁶. O impedimento se configura, assim, como uma “estratégia de fuga” dos corruptos⁷.

O 17 de abril de 2016 marcará durante um bom tempo o dia do (re)encontro do povo brasileiro com seus representantes. Os mais variados motivos foram mobilizados (Deus, base eleitoral, laços familiares e crise econômica/desemprego) para justificar o voto pelo envio ao Senado do processo de impedimento da Presidenta. Paroquialismo extremo e baixíssimo nível. Quase não se citou o motivo formal (as manobras fiscais) e

3 Laura Carvalho. “Quem paga o pato?”. *Folha de S. Paulo*, 17/12/2015.

4 Étore Medeiros. “Pelo menos 17 governadores pedalaram impunemente”. *El País Brasil*, 09/06/16.

5 Víctor Rezende et al. “Rio decreta calamidade pública”. *O Estado de S. Paulo*, 17/06/16.

6 Rubens Valente. “Em diálogos gravados, Jucá fala em pacto para deter avanço da Lava Jato”. *Folha de S. Paulo*, 23/05/2016.

7 Celso Rocha de Barros. “Jucá entregou o jogo”. *Folha de S. Paulo*, 30/05/2016.

tudo isso com fortes toques de machismo e ressentimentos com Dilma, que teria se recusado tratá-los dignamente, ou seja, entrando nas suas práticas habituais. Tal processo de impedimento foi liderado pelo então Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, que tem três processos abertos contra ele no STF, milhões de dólares em contas no exterior e... vários indicados no governo interino. Cunha também foi paparicado pelas grandes empresas e bancos, pelo chamado PIB; o megainvestidor Naji Nahas lhe ofereceu um almoço em casa após sua eleição para a presidência da Câmara dos Deputados. Com uma eficiente engenharia político-econômica, arranhou financiamento para muitas e muitas candidaturas, irrigando as campanhas com dinheiro da corrupção⁸. Cunha acolheu em dezembro o pedido de impedimento e o colocou em pauta. Foi decisivo. A partir de um pedido frágil e inconsistente, deu ritmo rápido ao processo de impedimento enquanto o de cassação do seu mandato caminhava lentamente (este processo continua tramitando na Câmara e a votação no Plenário, após passagens lentas por duas comissões, está prevista para agosto).

A isso se soma um certo clima “schmittiano”, de suspensão da lei⁹. Para além do saudável desnudamento dos laços promíscuos entre os âmbitos político e empresarial no Brasil, tais processos têm sido marcados por uma série de excepcionalidades. Fatura de prisões preventivas, delações premiadas (procuradores incentivariam certas delações mais do que outras), grampios irregulares¹⁰ e suas respectivas divulgações seletivas pela mídia, com estardalhaço proporcional ao nível de proximidade com o PT dos envolvidos. A única sede de partido a ser alvo de uma operação foi a do... PT e o candidato derrotado da oposição, Aécio Neves, citado em inúmeras delações premiadas, por ora se escora com relativamente pouca inquietação, assim como praticamente todos os principais personagens da política institucional.

Um ex-presidente da República – Lula – que nunca se recusou a prestar depoimentos às mais variadas instâncias judiciárias ou do Ministério Público (MP), inclusive nos primeiros meses deste ano, é conduzido coercitivamente para depor em março, no Aeroporto de Congonhas (alimentando uma possibilidade de transporte por avião até Curitiba, que acabou não se concretizando). Pode-se ler a transcrição do um tanto quanto bizarro diálogo de Lula com os procuradores¹¹. O auge desse processo (por ora) se situa na gravação ilegal (primeiro erro significativo e explícito do juiz Sérgio Moro) e sua divulgação de uma conversa aparentemente anódina entre Dilma e Lula, num contexto de outras gravações de conversas do ex-presidente, também divulgadas, com autorização da Procuradoria Geral da República (PGR). Horas depois a conversa foi divulgada e tratada como um crime. Teria a popularidade subido à cabeça de Moro? Ele

8 José Roberto de Toledo. “É o dinheiro, gênio!”. *O Estado de S.Paulo*, 04/07/16.

9 Carl Schmitt. *Théologie politique*. Paris, Gallimard, 1988 [1922]

10 Sobre isso, ver <https://grampo.org/>

11 Acesso ao depoimento em: <https://pt.scribd.com/doc/304625836/Depoimento-do-ex-presidente-Lula-a-Lava-Jato>

tinha mandato de escuta de Lula, mas este tinha expirado e, neste caso preciso, se tratava de uma conversa com a Presidenta da República. E isto num momento decisivo pois Lula estava assumindo o Ministério da Casa Civil, numa última cartada de Dilma para salvar seu governo do naufrágio completo. A encenação das conversas de Lula (com Dilma e outros) em vários episódios no jornal televisivo mais assistido do país talvez marque um dos mais tristes e representativos momentos de certa mídia nacional. Não por acaso, o Brasil despencou no ranking da liberdade de imprensa no mundo elaborado pela Repórteres sem Fronteiras; um dos fatores, junto com o alto número de mortes de jornalistas, foi a cobertura desse processo de impeachment¹².

O Judiciário “deixou de atuar exclusivamente segundo a lógica política indireta que o caracteriza (...) para agir de maneira diretamente política sempre que acha necessário fazê-lo”¹³. Ademais, o STF tem mostrado uma sustentada parcialidade, vários pesos e medidas (impedir posse de Lula como ministro de Dilma, dentre outras), dependendo de quem se tratar. Nomes da tradicional política brasileira e petistas acabam tendo tratamentos diferentes. Certos personagens parecem possuir um poder importante nesta instituição, como o ex-presidente José Sarney ou o atual presidente do Senado, Renan Calheiros. O Supremo tem, também, “se manifestado e prejudgado casos que ainda vai avaliar. Isso tem acontecido com vários ministros, como Gilmar Mendes, Celso de Mello e Carmen Lucia, que se manifestaram dizendo que o que está acontecendo não é golpe”¹⁴. Tal procedimento fere as normas de imparcialidade, pois possivelmente terão que julgar se o processo todo do impedimento seguiu a Constituição e já estariam fazendo um pré-julgamento. É certo que o STF foi decisivo, nos últimos anos, em conquistas importantes tais como a união homoafetiva ou a garantia da constitucionalidade das cotas raciais (para negros) nas universidades públicas, mas o Judiciário e o Ministério Público foram umas das instâncias que menos colocaram, na arena pública, a necessidade de transição da ditadura para a democracia. Estiveram, como outros poderes, envolvidos com o Golpe civil-militar de 1964 e com o período ditatorial seguinte, mas sua democratização pouco esteve em pauta nas últimas décadas.

Para alguns, teria tomado corpo um partido da justiça. A prisão em flagrante de Delcídio do Amaral, então senador do PT e líder do Governo Dilma, confirmada pelos senadores que depois o cassaram, caracteriza um desequilíbrio entre os poderes. Alegou-se que ele estaria obstruindo a Justiça e nesse sentido foi justificado o flagrante. Mesmo o afastamento do arqui-corrupto Eduardo Cunha da Presidência da Câmara deu-se sob o signo da exceção. O relator do processo no STF, aguardou quatro meses e somente após a abertura do processo de impedimento na Câmara entregou seu voto. Decretou o

12 “Imprensa brasileira insufla população para derrubar Dilma”, diz Repórteres Sem Fronteiras”. *Revista Brasileiros*, 22/04/16.

13 Marcos Nobre. “1988 + 30”. *Novos Estudos*, v.35.02, p. 135-149, Julho de 2016.

14 Marco Weissheimer. “STF está envolvido no processo do golpe, afirma professor da UnB”. *Sul21*, 29/05/16.

afastamento de um presidente de outro poder, alegando tratar-se de situação extraordinária e excepcional, tomando, assim, uma decisão sem assento constitucional. Uma decisão excepcional, dada a excepcionalidade das circunstâncias. Cunha foi afastado da Presidência e do exercício do seu mandato, decisão inédita aprovada por unanimidade pelo plenário do STF. Entretanto, a Constituição diz que um “parlamentar só pode ser preso em flagrante de crime inafiançável, com confirmação da Câmara ou do Senado”¹⁵. Tal rito não foi seguido a as garantias da Constituição deixadas de lado: trata-se de uma nova jurisprudência ou de medida excepcional? Atingirá somente Cunha ou todos? São perguntas importantes, já que o Congresso comporta muitos réus.

Como chegamos a esse ponto, à beira do impedimento de uma Presidenta eleita faz menos de dois anos por 54 milhões de brasileiros? A origem imediata se situa em dois planos.

A oposição tinha tudo pra ganhar (desgaste de doze anos de governos federais petistas, economia em baixa, inflação sobretudo de alimentos, clima pós-protestos de 2013, primeiro governo Dilma medíocre) em 2014 e não levou. Aécio Neves optou por um discurso pré-Lula (retorno a um certo padrão neoliberal) e a população queria mais serviços públicos de qualidades, combate às desigualdades e participação política e não menos. A oposição, no entanto, não aceitou o resultado; alguns mais exaltados questionaram a contagem de votos. Teria a direita moderada insuflado uma direita raivosa? Ao não fazer o luto da derrota, entrou no caminho do golpismo. É só lembrar da figura tida como ponderada Fernando Henrique Cardoso: o governo Dilma é legal, mas não legítimo, disse o ex-presidente alguns dias depois das urnas expressarem mais de 54 milhões de votos para a petista¹⁶. Serra no início de 2015 vai *profetizar* seu fim¹⁷. O histórico e o *continuum* golpista das elites brasileiras foi ativado nesse momento de abstinência de controle do governo federal.

Outra parte, fundamental, foi a porteira que Dilma abriu. Na reta final da campanha, sua reeleição estava em real perigo e uma mobilização decisiva de jovens, mulheres e movimentos virou o jogo. Sua vitória se deu graças à uma retórica mais à esquerda, sobretudo nas críticas à política econômica liberal. Seu governo, no entanto, tomou outro caminho. Está certo que nem programa a candidata à reeleição havia entregado, mas sinalizou alguns indicativos. Se o ajuste era realmente necessário, a pergunta, de um governo de esquerda, seria quem o paga? O Governo Dilma 2 promoveu um aumento dos juros, um tarifaço de luz e revisões no seguro-desemprego e o fez sem explicar tais mudanças pra população, criando um choque de desconfiança em seus simpatizantes e eleitores. Dilma aplicou, assim, o programa dos adversários e quebrou o

15 Mario Cesar Carvalho. “Supremo fugiu da regra ao afastar Cunha, diz pesquisadora”. *Folha de S. Paulo*, 06/05/2016.

16 Fernando Henrique Cardoso. “Vitória amarga”. *O Estado de S. Paulo*, 7/12/2014.

17 Ilmar Franco. “Panorama Político”. *O Globo*, 29/01/15.

pacto básico lulista de melhoria da vida do povo, sobretudo dos mais pobres. Além disso, o ajuste fiscal criou uma dinâmica recessiva na economia, com perda expressiva da arrecadação e isto contribuiu para a perda da governabilidade no Congresso. Tais fatores, somados aos efeitos da Operação Lava-Jato e aos grandes equívocos de articulação política, se mostraram explosivos.

Esse enredo foi vitaminado pelos protestos de rua. Ainda em novembro de 2014, alguns poucos milhares iriam para as ruas de São Paulo questionar a recém-reeleita presidenta e no início de 2015, com apoio explícito da mídia empresarial e os erros graves da Presidenta, vão se transformar em centenas de milhares e mesmo milhões de manifestantes pelo Brasil. As manifestações de junho de 2013 posicionaram o locus da política na rua e as demandas por melhores serviços públicos, combate à corrupção, participação política e bem-viver nas cidades e no campo. Em tese, um terreno propício para as esquerdas, inclusive a governamental. Retomo esse ponto mais abaixo, mas isto não ocorreu. Estas forças chegaram até a manter uma presença grosso modo constante nas ruas, mas 2015 foi marcado sobretudo por massivas manifestações difusas em parte, mas que foram se tornando explicitamente contra Dilma, Lula e o PT. Como ocorre muitas vezes, setores conservadores se inspiraram dos eventos questionadores ou subversivos: o MBL (Movimento Brasil Livre) inspira-se claramente no nome do MPL (Movimento Passe Livre), uma das faíscas de junho de 2013. O VemPraRua se apropria de um grito que era um *détournement* pelas ruas de 2013 de uma propaganda de uma montadora de automóveis feita para celebrar a Copa das Confederações. Mas trata-se de um outro público, muito mais velho, rico, masculino e branco que esteve nessas manifestações se o compararmos com 2013¹⁸. As frentes Brasil Popular e Povo sem Medo organizam contrapontos a essas manifestações em vários momentos, mostrando certa força de mobilização, mas com relativamente pouca repercussão na mídia (a não ser a alternativa).

Outra dimensão importante desse processo se situa no plano internacional, que se expressa numa disputa de narrativas. Pouco antes da votação de abril, Dilma pronunciou discurso na ONU por ocasião da assinatura do Acordo de Paris. Nos últimos segundos deste, falou brevemente da grave situação no Brasil e da confiança de que o povo não permitiria retrocessos. Os artigos de Glenn Greenwald e editoriais críticos do Financial Times, New York Times e alguns outros repercutiram bastante. O Jornal Estado de S.Paulo chegou a ameaçar (veladamente?) Greenwald¹⁹. A obsessão do governo provisório com a imagem no exterior, como bem lembrou Celso Amorim, recorda a habitual obsessão com sua imagem dos regimes autoritários, revelando um tipo de ato falho²⁰.

18 GPOPAI. “Pesquisa manifestação política 16 de agosto de 2015”. Disponível em: <https://gpopai.usp.br/pesquisa/160815/>

19 Editorial. “O jogo sujo da desinformação”. *O Estado de S.Paulo*, 29/05/2016.

20 Fernando Fuentes. “Ex canceller y ex ministro de Defensa: 'Lo que pasó con Rousseff tiene que

O Governo provisório antes e depois tentou se legitimar internacionalmente, como no evento organizado em Lisboa pela empresa do ministro do STF Gilmar Mendes, reunindo a fina flor golpista²¹. E um dos mais ativos senadores pró-golpe, Aloysio Nunes Ferreira foi, no *day after* da votação na Câmara dos Deputados, aos EUA e encontrou Thomas Shannon, número três do departamento de Estado estadunidense e ex-embaixador no Brasil²². Houve, por outro lado, uma reação crítica por parte dos secretários-geral da OEA Luis Almagro e Ernesto Samper da Unasul, expressando preocupação com processo (inclusive com ações do Judiciário e do Legislativo) e dos governos de Bolívia, Equador, Cuba e Venezuela, com ameaças não-concretizadas por ora de acionar a cláusula democrática.

Em vários eventos mundo afora, as disputas dentro do Brasil se fazem presentes: na sessão do filme *Aquarius* de Kleber Mendonça Filho no Festival de Cannes com Sonia Braga e outros membros da equipe²³, no prêmio Pulitzer no qual o fotógrafo vencedor Maurício Lima denuncia o golpe em curso²⁴ ou ainda em reunião da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Nesta, representantes dos trabalhadores e sindicatos do Brasil e outros países protestaram contra diplomata brasileiro que se pronunciou (fora da pauta da reunião, que portava sobre o convênio 169) para negar que esteja havendo algum golpe no Brasil. Ele foi punido por isso (falar de algo fora da pauta) e sua fala cortada²⁵. Ocorreram, ainda, protestos contra o chanceler interino José Serra em Paris, Buenos Aires e em Nova Iorque.

Outro aspecto desta mesma questão situa-se nas dimensões geopolíticas desse processo brasileiro. O país, sobretudo no período Lula, conseguiu atingir novas esferas no plano internacional, gozando de uma influência inédita: país não-nuclear mais poderoso e incontornável para quase todos os assuntos e negociações globais. Ocorreu uma virada no período final do Governo Lula com a Lei de Partilha, aprovada após a descoberta dos campos de petróleo do pré-sal, no sentido de um maior controle do Estado brasileiro e da Petrobras sobre essas novas reservas (propriedade da União e com participação obrigatória da Petrobras de 50% na sua exploração), vistas pelo então Presidente Lula como um “passaporte para o futuro”. Trata-se de um setor sensível do ponto de vista geopolítico e que, até algumas décadas atrás, era dominado pelas chamadas sete irmãs,

preocupar a todos en el continente”. *La Tercera*, 16/05/16.

21 Mariana Borges. “Em Lisboa, manifestantes protestam contra 'golpe' durante evento com José Serra e Gilmar Mendes”. *Opera Mundi*, 29/03/16.

22 Mark Weisbrot. “Golpe: a diplomacia cifrada de Washington”. *OutrasPalavras*, 25/05/16.

23 Carlos Helí de Almeida. “Sessão de 'Aquarius' em Cannes é marcada por protesto contra impeachment; vídeo”. *O Globo*, 17/05/16.

24 Redação. “Fotógrafo brasileiro vencedor do Pulitzer denuncia golpe no Brasil durante premiação”. *Rede Brasil Atual*, 29/04/16.

25 Lucas Bulgarelli. “Diplomata brasileiro é vaiado e tem fala cortada em Conferência da OIT por negar golpe”. *Revista Fórum*, 03/06/16.

sempre apoiadas pelos seus respectivos governos nacionais (Reino Unido, EUA, Holanda) – todo capitalismo é capitalismo de Estado... Isso se modifica a partir de 1960 com a fundação da OPEP e uma ascensão, nas décadas seguintes, de outros países e suas novas “sete irmãs”, todas estatais, da Rússia, Arábia Saudita, China, Brasil, Venezuela e Malásia²⁶.

Vale recordar, nesse contexto, o escândalo de 2013 da Agência de Segurança Nacional dos EUA (NSA) quando o Wikileaks revelou que tinham sido grampeados os telefones do Gabinete de Dilma, de alguns ministros, do avião presidencial, das missões diplomáticas brasileiras incluindo na ONU e... da Petrobras²⁷. Os *cables* do Departamento de Estado indicam o interesse estadunidense no petróleo e no pré-sal e uma série de laços particulares entre setores políticos brasileiros e a Embaixada americana. Serra, Jucá e Michel Temer (todos atores-chave do golpe em curso) mostram-se como fontes da Embaixada americana em Brasília. No caso talvez mais sintomático, o atual chanceler interino e então candidato à presidência Serra, dizia que mudaria a Lei de Partilha tornando-a mais aberta às empresas estrangeiras caso vencesse as eleições presidenciais de 2010 contra Dilma²⁸.

Esta revelação da espionagem praticada pela NSA levou ao cancelamento da visita de Estado programada aos EUA. Dilma Rousseff, possivelmente num dos seus melhores momentos na presidência, fez posteriormente um contundente discurso na ONU caracterizando a espionagem não como combate ao terrorismo ou por segurança e sim por interesses econômicos e estratégicos. O Brasil propõe, nesse contexto, junto com a Alemanha, uma regulação mundial da Internet, tirando-a da alçada estadunidense e buscando impedir que ela se transforme em meio de espionagem, sabotagem e ataques às infra-estruturas de outros países²⁹. A partir daí, Dilma apoia e o Congresso aprova um inédito Marco Civil da Internet, incluindo a ideia de direitos digitais e neutralidade da rede, num processo de ampla participação popular.

Tal questão possui mais outra vertente na atuação e cooperação internacional do Judiciário e do Ministério Público. Aqui, questões sumamente internas mesclam-se às geopolíticas. Quais as relações entre Judiciário, projeto nacional e regional e disputas globais? A Operação Lava Jato possui uma clara inspiração na *Mani Pulite* italiana, analisada em artigo do juiz Sérgio Moro³⁰. Para o jornalista Luis Nassif, ambas

26 Ildo Luís Sauer. O pré-sal e a geopolítica e hegemonia do petróleo face às mudanças climáticas e à transição energética, mimeo.

27 Natalia Viana. “WikiLeaks: NSA espionou assistente pessoal de Dilma e avião presidencial”. *Agência Pública*, 04/07/15.

28 Juliana Rocha e Catia Seabra. “Petroleiras foram contra novas regras para pré-sal”. *Folha de S. Paulo*, 13/12/2010.

29 Nathalia Passarinho. “Dilma diz na ONU que espionagem fere soberania e direito internacional”. *G1*, 24/09/13.

30 Sérgio Fernando Moro. “Considerações Sobre a Mani Pulite”. *Revista do Centro de Estudos*

possuiriam uma “visão ideológica pró-internacionalização da economia e criminalizadora de todas as políticas de promoção da economia interna”. A economia fechada italiana constituiria foco de corrupção e sua abertura resolveria esse problema, no contexto ainda dos debates da Guerra Fria. No Brasil dos anos 2010 isso operaria de modo semelhante, o que explicaria o fato de um “grupo de procuradores que visitou os Estados Unidos – comandados pelo próprio Procurador Geral da República – fornecer elementos para que a Justiça e acionistas norte-americanos processassem a Petrobras”. Isso se reforça no que toca à Petrobras, pois se em situações anteriores as empresas eram acusadas de corromper autoridades, neste “os próprios procuradores transformaram a empresa de vítima em coautora das fraudes, advogando contra o próprio Estado brasileiro em favor dos interesses de acionistas norte-americanos”. Não seria um *non sense* um país autônomo pedir a colaboração do Departamento de Justiça estadunidense para investigar a Petrobras e a empreiteira Odebrecht? O contrário seria possível, isto é as autoridades americanas solicitarem ao Brasil a investigação da Chevron ou outra empresa americana? Ademais, o fato do “Procurador da República no TCU decretar, por conta própria, a inviabilidade do pré-sal. Aí, não se trata mais de repressão ao crime, mas de atuação nitidamente inspirada por contendores externos de disputas geopolíticas”³¹ reforçaria essa compreensão, enquanto, outro jornalista, Janio de Freitas, pergunta o motivo das empresas estrangeiras serem poupadas pela Lava Jato³².

A isso se somam as questões de defesa. A ofensiva contra as empreiteiras espirra também na Eletronuclear e no Almirante Othon, considerado um dos principais nomes do programa nuclear brasileiro, fundador do Programa de Desenvolvimento do Ciclo do Combustível Nuclear e da Propulsão Nuclear para submarinos e antigo diretor do Ipen (Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares). Esta investigação, que resultou na prisão temporária de Othon, teria começado “a partir de informações repassadas ao PGR pelo Departamento de Justiça norte-americano. Nada que minimize a gravidade das acusações, mas uma demonstração inequívoca de que os Estados Unidos passaram a incluir a cooperação internacional em suas estratégias geopolíticas”³³. Sabe-se que Moro (e outros juízes e procuradores) fizeram dois cursos nos EUA e Moro foi eleito uma das pessoas mais importantes do mundo pela Time no ano passado, o que alimenta percepções mais conspirativas. Mais do que alimentar tais leituras, o mais pertinente aqui talvez seja perceber como o Judiciário e MP carecem de qualquer perspectiva geopolítica. Os EUA por óbvio a possuem e a exercem. Talvez esta debilidade seja um dos limites decisivos do “poder brasileiro”. Nenhum país desse porte pode ignorar tais questões, que o digam os laços do Governo norte-americano com Hollywood ou a política chinesa de internet. E isto ocorre em meio a uma ofensiva estadunidense acerca

Judiciários, n. 26, Brasília: Conselho da Justiça Federal, 2004.

31 Luis Nassif. “As implicações geopolíticas da Lava Jato”. *Jornal GGN*, 15/10/15.

32 Janio de Freitas. “Jatos desiguais”. *Folha de S. Paulo*, 08/11/2015.

33 Luis Nassif. op. cit.

do tema da corrupção, observada, por exemplo, no escândalo da FIFA e na atuação de procuradoria norte-americana no assunto.

Como colocado por Celso Amorim, “muchos problemas son endógenos, nacionales, pero también hay una correlación entre el espionaje y algunas investigaciones. Hablo de la utilización de la pesquisa judicial, porque un Poder Judicial independiente es importante sobre todo si actúa de manera neutral”. Nesse sentido, continua Amorim, “me preocupa un Brasil con su empresa petrolera debilitada, con su energía nuclear en jaque y con fragilidades mayores en las empresas de construcción de obras públicas o en los instrumentos de promoción de exportaciones”³⁴. É toda uma política (interna e talvez sobretudo externa) que é atacada: o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), os investimentos no porto de Mariel em Cuba, os negócios no continente africano. Enquanto alguns movimentos sociais clamavam por transparência e iniciavam o debate sobre possíveis condicionantes sociais e ambientais na atuação das empresas brasileiras no exterior, os procuradores parecem seguir a via de criminalizar tais ações de promoção comercial e financiamento às exportações, uma das características fortes da nova política externa do período Lula.

Isso não significa que o golpe tenha sido gestado nos EUA nem permite um paralelo com a Operação Brother Sam de 1964 na qual a ação estadunidense foi decisiva³⁵. O golpe vem de dentro, mas setores norte-americanos contribuíram para desestabilizar o “capitalismo brasileiro”, em seu modelo Lula de distribuição de renda e algumas ousadias externas, em dois de seus setores estratégicos: Petrobras e empreiteiras. Isso também ocorreu no financiamento e apoio de “novos grupos” conservadores (por parte dos Koch Brothers, com interesses na área do petróleo) e à oposição³⁶. Esse “modelo brasileiro” foi atacado e não conseguiu se sustentar, ao não conseguir ou saber articular um processo geopolítico mais consistente. Desse modo, o Brasil não pode ou não conseguiu construir alicerces para manter sua condição de nova potência regional, membro dos BRICS, pacificador na questão nuclear iraniana, propulsor da integração regional e modelo de políticas sociais para os países do Sul. Sua autonomia moderada, articulada a outras tentativas na região, fez água.

34 Martín Granovsky. “Un ALCA hoy sería un desastre”. *Página 12*, 03/07/16.

35 Luiz Alberto Moniz Bandeira. “1964: os generais sob a estratégia americana”. *OutrasPalavras*, 31/03/14. Ou nos arquivos norte-americanos: <http://nsarchive.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB118/index.htm>

36 Marina Amaral. “A nova roupa da direita”. *Agência Pública*, 23/06/15.

lulismo em debate

O golpe em curso coloca a necessidade de reforçar os debates e compreensões coletivas do fenômeno do lulismo³⁷. Um balanço coletivo fundamental, a ser feito, dos governos federais petistas, suas dinâmicas, consequências e limites.

O ponto que me parece mais importante do lulismo foi uma espécie de revolução simbólica. Novas subjetividades ganham força e começam a tomar corpo. O lulismo produziu ou contribuiu para uma expansão das possibilidades de vida, das perspectivas de luta, dos horizontes existenciais. As políticas sociais (Bolsa Família, cotas, expansão da universidade pública), as micro-políticas econômicas (crédito rural; para os pobres e trabalhadores), a nova política cultura do do-in antropológico³⁸, os novos vínculos com o mundo (o Brasil não mais aceitando seu lugar marcado e subordinado no concerto global e fomentando as relações Sul-Sul, a integração regional e a criação de novas alianças com a Unasul, Celac, BRICS, IBAS e continente africano) foram catalizadores e parte dessas mudanças de fundo. Invenções políticas por todo lado, como o início das reparações raciais no país campeão mundial da escravidão. O auge desse processo lulista situa-se no período final do governo Lula. O Brasil, com seu presidente com 90% de popularidade pessoal e do seu governo na faixa dos 80%, ganha a sede das Olimpíadas e da Copa e costura, com a Turquia, com sucesso um acordo com o Irã acerca da política nuclear do qual todos os países mais poderosos eram céticos.

Esse auge, no entanto, mostrou seus (fortes) limites. No plano internacional, o Brasil galgou uma inédita posição. Abriu-se, porém, uma significativa brecha entre sua retórica – por exemplo, de uma nova geografia comercial – e suas possibilidades concretas nas relações, por exemplo, com o continente africano ou em sustentar – em vários sentidos – uma verdadeira integração regional sul-americana. Isto se reforçou com a perda de intensidade no período Dilma, com a saída da performática dupla Lula-Celso Amorim, auxiliados por Samuel Pinheiro Guimarães e Marco Aurélio Garcia, e a entrada de figuras mais burocráticas, seja na Presidência, sejam os sucessivos ministros Antonio Patriota, Luis Figueiredo e Mauro Vieira. O comportamento dos dois últimos a respeito do golpe só reforça os equívocos dessa escolha. E quando marcou um gol de placa – no caso iraniano – foi vetado pelas potências todas: dos EUA à França, passando pela Rússia e China. O mesmo poderia ser dito a respeito do conceito de responsabilidade ao proteger ou a nova regulação da internet, ambas extremamente louváveis e pertinentes mas carecendo de poder de implementação ou até mesmo de maior debate.

Além disso, a aposta maior nos megaeventos e nas megaobras, num tipo de Brasil

37 André Singer. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

38 Discurso de posse de Gilberto Gil no Ministério da Cultura disponível aqui: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u44344.shtml>

grande também mostrou seus profundos equívocos. Belo Monte! Isso se reforça com Dilma no comando. O primeiro Governo Dilma é de continuidade, mas ao mesmo tempo, pode-se dizer que corresponde à uma baixa generalizada do *punch* político. Certo experimentalismo político foi deixado de lado e a prioridade conferida à política externa diminuiu consideravelmente, como, por exemplo, a recusa em participar no grupo de países que se reuniu para tentar pôr fim à guerra civil síria. Houve, lamentavelmente, um rebaixamento em praticamente todas as áreas, dos direitos humanos à segurança, da política agrária à ambiental passando pela participação popular e pela cultura. Voltando a uma questão emblemática, de acordo com a Presidenta, a hidrelétrica de Belo Monte era inevitável e qualquer alternativa a esta, fantasia. Naquele início de governo, o espírito animal dos empresários havia sido despertado e tratava-se de prolongar e reforçar isto: baixa da taxa de juros, aceleração das desonerações fiscais para fomentar as indústrias e baixa das tarifas de energia para empresas e famílias³⁹. Com a “Dilma faxineira” que demitiu em série vários ministros envolvidos em maus-feitos logo no início do seu governo, a Presidenta mostrava-se como antagônica à tradicional e corrupta política brasileira e havia aparentemente encontrado seu lugar, atestado pela alta popularidade que manterá até junho de 2013.

As apostas muito questionáveis de criar campeões nacionais e megaempresas com dinheiro dos bancos públicos para fomentá-las e lhes dar projeção internacional não vêm do Governo Dilma. Seu fiasco, seja nas telecomunicações (recuperação judicial da empresa Oi), a concentração no mercado de carnes (JBS Friboi e seu primeiro lugar mundial como processadora de alimentos) ou a falência do Grupo X de Eike Batista, empresário de sucesso e símbolo (também) da era Lula, mostram que estas questões foram gestadas antes. Pode-se dizer que as tensões entre um Brasil uno e um Brasil múltiplo no período Lula se resolveram no período Dilma: as políticas menores (cultura, reforma agrária, apoio às comunidades, questões indígenas, direitos humanos) se deterioraram. A própria escolha de Dilma como candidata feriu as boas tradições petistas e os processos democráticos de escolha coletiva. E isto ganha outro grau com a irrupção de Junho de 2013. Um levante múltiplo e ambíguo contra a corrupção, a trágica vida nas grandes cidades, a baixa qualidade dos serviços públicos, a violência policial e os limites da democracia representativa comprada pelas grandes empresas. Um desejo de participação democrática de alta intensidade. Dilma e o campo petista chegaram a receber alguns manifestantes, propuseram algumas respostas (o programa Mais Médicos, referendo para uma constituinte exclusiva para reforma do sistema político, royalties do pré-sal para educação) mas nunca se dispuseram a dialogar para valer, contaminar-se e tampouco desarmaram o aparato repressivo (responsabilidade antes de tudo dos Estados na Federação brasileira, mas...).

39 Leonardo Souza e Bruno Villas Bôas. “Dilma deu R\$ 458 bilhões em desonerações”. *Folha de S. Paulo*, 06/09/2015.

A questão da corrupção é igualmente bastante significativa para a compreensão desses últimos anos. Ao mesmo tempo, os governos petistas fortaleceram de forma inédita as instituições de controle e fiscalização (Polícia Federal, Controladoria-Geral da União, PGR, Lei de Acesso à Informação), inclusive aumentando de forma significativa sua autonomia, e embarcaram com gosto na política tradicional brasileira e seus canais de financiamento. Criou-se um curto-circuito. E, em pelo menos duas oportunidades, seja na transição de FHC para Lula, seja no caso do Banestado, a escolha foi de preservar o sistema político, abafando os escândalos de corrupção graves. Tal opção pode ser mais compreensível se pensarmos na opção do PT de “jogar o jogo”, mas isso vai justamente se jogar contra o PT mais adiante, e ainda acentuado pela seletividade: o último a chegar será tachado de corrupto-mor. Além disso o fato do PT até hoje não ter explicado para seus militantes, simpatizantes e eleitores o escândalo do dito mensalão e o atual mantém a corrosão em curso dessa importante instituição da esquerda mundial; a corrupção como um dos marcos das ambiguidades petistas e um fato decisivo de seu naufrágio em curso. As eleições municipais de outubro indicarão a resiliência ou não do PT.

Entre o auge citado acima do lulismo e Junho de 2013 produz-se uma abrupta transição do “todos estão felizes” para “ninguém está satisfeito”. Junho abre um espaço para a radicalização democrática que não foi aproveitado. A impossível continuação do lulismo e sua mágica de dar aos pobres sem tirar dos ricos. Tanto, por um lado, por conta das condições internacionais, pois o mundo ainda não saiu da crise econômica e financeira global iniciada em 2008 e a queda do preço das *commodities* afeta parte importante da pauta de exportação brasileira. E nacionais, por outro lado, com a conjunção aguçamento do conflito redistributivo, a abstinência de governar por parte das elites políticas tradicionais e sua ativação do golpismo e o “quero mais” dos de baixo e da esquerda, “velha” e “nova”. Dilma tentou em seu governo fazer frente a esses desafios da impossível continuidade do lulismo, mas provavelmente mobilizou os atores equivocados e tomou os caminhos errôneos. O País manteve o emprego e a renda até a eleição de 2014, o que permitiu a quarta vitória eleitoral seguida, mas as mudanças políticas após 2010 e reforçadas depois de 2014 fragilizaram esse processo de redistribuição de renda e possibilidades.

governo temerário e perspectivas

O Governo interino de Michel Temer representa a retomada do Estado pelos que nunca se foram completamente. No período dos governos petistas, os “donos do poder” permaneceram, mas – e essa constituía uma novidade –, estes coexistiam e, em parte, eram liderados pelos novos setores que expressam o ciclo de lutas iniciado no fim dos anos 1970 e início da década de 1980, cujo marco são as greves operárias de São Paulo e da região do ABC, junto com uma efervescência dos movimentos camponês, feminista, negro e das florestas, dentre outros. A principal faceta do governo provisório (e mudança em relação aos anteriores, tanto de Lula quanto de Dilma) é não ter essa

outra parte, descolonizadora em termos históricos e de lutas, sendo assim um governo das tradicionais oligarquias.

Trata-se também de uma certa volta no tempo, em várias dimensões. Aos neoliberais anos 1990 se pensamos nos anúncios de corte de gastos sociais e anseios privatizantes. A equipe econômica, é liderada por Henrique Meirelles, com carreira no BankBoston, eleição como deputado federal pelo PSDB em 2002 e presidente do BC no Governo Lula, agora ministro da fazenda interino. Suas principais propostas para o país são as de estabelecer uma contenção estrutural do gasto público, fim da política de valorização do salário mínimo e uma reforma da previdência. Meirelles, junto com o presidente provisório do Banco Central, Ilan Goldfajn, e todos os diretores recém-nomeados são orgânicos do mercado financeiro e do rentismo, atuantes antes nos bancos Itaú, Bradesco e Opportunity, e em sua maioria passaram pela PUC-Rio, famosa escola neoliberal, denotando uma completa ausência de diversidade de perspectivas (nem mesmo ligados a outros setores econômicos ou filiações acadêmicas)⁴⁰. E, fundamental dizer e repetir, sem a legitimidade das urnas. Dificilmente um candidato com esse programa se elegeria. Apesar dos neoliberais da equipe econômica, o governo como um todo, é irresponsável do ponto de vista fiscal, o que mostraria uma vez mais o imenso casuismo de tirar Dilma do governo pelas chamadas pedaladas; de acordo com a economista Laura Carvalho, “os termos da renegociação da dívida dos Estados, a licença para gastar concedida aos ministérios da base e a aprovação dos reajustes para o funcionalismo fizeram com que a generosidade dos economistas tidos como mais sérios desse lugar ao ceticismo. O mesmo não vale para muitos analistas no mercado, que, diga-se de passagem, ainda mostram tolerância inédita com a situação fiscal em degradação”⁴¹. Ou ainda, o fato do maior devedor da União entre as pessoas físicas ser... diretor da FIESP⁴² ou o presidente da Confederação Nacional das Indústrias vociferar pela enésima vez contra a CLT, promulgada e conquistada na década de 1940.

Tal toada também se reflete na política externa. O discurso de posse do chanceler interino e alguns dos seus primeiros gestos indicam uma volta à uma política externa mais submissa, com um ranço de antipetismo. É curiosa a pregação de uma desideologização vinda por parte do primeiro ministro desde 2003 a ser um político profissional e não um quadro do Itamaraty. Um dos diplomatas mais influentes, Rubens Barbosa, vai usar uma expressão (“importante correção de rumo”⁴³) semelhante ao do primeiro governo da ditadura militar iniciada em 1964 para caracterizar as mudanças por vir na política externa. Logo nos seus primeiros dias, Serra emite duros comunicados contra os vizinhos governos de Cuba, Venezuela e Bolívia. Para além da

40 André Araújo. “A assustadora equipe econômica”. *Jornal GGN*, 21/06/16.

41 Laura Carvalho. “Céu de mentira”. *Folha de S. Paulo*, 07/07/2016.

42 Daniel Bramatti et. al. “Dívida de diretor da FIESP com a União é de 6,9 bi”. *O Estado de S. Paulo*, 18/07/2016.

43 Monica Gugliano. “Para Barbosa, Brasil saiu de isolamento crítico”. *Valor*, 10/06/16.

estranheza de um “nova política externa” de um governo interino, Serra indica certo despreparo; tanto em sua ameaça de deixar a OMC e dizer que “Brasil está pronto para tomar novos caminhos”⁴⁴, quanto ao ser questionado sobre a NSA e responder: “NSA, o que é isso?”⁴⁵. Entrou na mira também do chanceler interino a política de cooperação com países mais pobres, definida como “diplomacia da generosidade” no sentido evidentemente pejorativo. São questionadas, assim, as embaixadas abertas no continente africano e é exonerado de modo sumário o diplomata Milton Rondó, responsável pela criação da Coordenação de Ações Internacionais de Combate à Fome (CGFOME) que, a partir de 2003, estruturou políticas de solidariedade, defendendo o direito humano à alimentação, em diálogo com atores da sociedade civil e movimentos sociais e inspirando políticas públicas inovadoras, como o Programa de Aquisição de Alimentos⁴⁶. Serra tenta traçar uma estratégia que já mostrou seus fortes limites: volta ao “bom comportamento” em relação aos EUA, o que para um país como o Brasil, não faz sentido e nem compensa: a rebeldia abre espaços, como exemplos históricos e recentes indicam.

Ainda mais preocupante, o atual processo se apresenta com toques do regime militar. Logo antes de assumir o Ministério da Justiça, o então Secretário de Segurança do Estado de São Paulo, Alexandre de Moraes, refere-se aos protestos do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) como “atos de guerrilha”⁴⁷. Faz, depois, uma série de ameaças securitárias e tenta inovar tristemente ao despejar estudantes (que ocupavam o centro administrativo das escolas técnicas) sem mandato de reintegração de posse. Uma política que pretende privilegiar a repressão à esfera dos direitos. O presidente em exercício possui a mesma sintonia: bate na mesa, diz saber tratar com bandidos por ter sido Secretário de Segurança de São Paulo (!) e ao responder às acusações do seu companheiro de partido Sergio Machado mais parece um caudilho em pronunciamento oco: em sua desqualificação do agora opositor, nas palavras de explicação extremamente vagas e nos apelos à harmonia tudo isso numa linguagem antiquada⁴⁸ e tendo como fundo um novo logo do governo “conservador e retrógado” em termos de design e que ainda por equívoco usou a bandeira do período da ditadura militar⁴⁹. Ordem e progresso é o lema do governo; a doutrina da segurança nacional de volta? Em

44 Andrei Netto. “Serra critica OMC e diz que Brasil está ‘pronto para tomar novos caminhos’”. *O Estado de S.Paulo*, 02/06/2016.

45 Eliane Catanhêde. “‘Governo não tem a opção de fracassar’, diz José Serra”. *O Estado de S.Paulo*, 22/05/2016.

46 Grupo de Reflexão sobre Relações Internacionais. “Condenamos a exoneração do Ministro Milton Rondó (CGFOME) e denunciamos o abandono da política de solidariedade exercida sob o seu comando”. *Brasil no Mundo*, 17/06/16.

47 Maria Cristina Fernandes. “Alexandre de Moraes, o pit-bull de Temer”. *Valor*, 11/05/16.

48 Disponível em: <http://g1.globo.com/globo-news/jornal-globo-news/videos/v/michel-temer-contesta-acusacoes-feitas-por-sergio-machado-em-delacao-premiada/5098083/>

49 Paula Reverbel. “Logo do governo Temer usa bandeira dos anos 1960” e Silas Martí. “Marca do governo Temer foi escolhida por Michelzinho, seu filho de 7 anos”. *Folha de S. Paulo*, 16/05/2016.

suma, uma revanche, em sentido benjaminiano⁵⁰, dos tétricos vencedores da história brasileira, simbolizados pelo novo ministro do Gabinete de Segurança Institucional, Sérgio Etchegoyen e sua linhagem golpista e autoritária: o avô se opunha aos militares nacionalistas e ajudou a pressionar fatalmente Getúlio Vargas em 54, o pai participou ativamente da deposição de João Goulart em 1964 e trabalhou no gabinete de Médici no período mais brutal da ditadura e agora o filho honra a família, ontem atacando a Comissão Nacional da Verdade e hoje assumindo posto de confiança de Temer⁵¹.

A esse quadro, podemos acrescentar o fim dos ministérios que representam conquistas coletivas desde a redemocratização e que se reforçaram no período petista: desenvolvimento agrário, mulheres, igualdade racial, ciência e tecnologia e cultura (com extinção depois revogada). Um ministério com nenhuma mulher (a primeira vez desde o governo da ditadura Geisel nos anos 1970) e nenhum negro, majorias na sociedade brasileira. Se no Governo Dilma, parte das políticas inovadoras foi deixada de lado, agora se trata de um desmonte quase completo. Uma sequência de horrores: um militar defensor da guerra às drogas e de fardas para crianças na política de drogas; tentativa de nomear um general na política indígena; uma secretária de política para as mulheres contra qualquer forma de aborto e investigada por desvio de dinheiro público; pessoas ligadas às empresas em vários setores como o da saúde; sinalizações de revisão da criação de áreas indígenas, Marco Civil da Internet, desapropriações de terra e programas habitacionais. Ademais, Temer demitiu presidente da Empresa Brasileira de Comunicação que tinha estabilidade por lei e o STF o reconduziu. Uma onda de retrocessos, cuja cereja no bolo é a de buscar retirar obrigatoriedade da Petrobras operar o pré-sal.

E um dos motes para o afastamento de Dilma (a corrupção), se revela como caricatural no governo interino: três ministros já caíram por corrupção e outros seguem apesar de sérias denúncias. O líder do governo interino na Câmara é réu em três ações penais e três inquéritos, incluindo um de tentativa de homicídio. A base parlamentar da situação retirou a urgência do pacote anticorrupção que estava tramitando e que envolvia medidas como a criminalização do caixa dois e a tipificação do crime de enriquecimento ilícito. Um mandato provisório e temerário⁵². Terminei esse texto em meados de julho. Não se sabe o que vai acontecer e qual será o resultado da votação no Senado, que está prevista para a segunda metade de agosto. Se o governo provisório vai se tornar definitivo, ao conseguir dois terços dos votos dos senadores e a confirmação do impedimento de Dilma Rousseff. E se nesse caso conseguirá se estabilizar minimamente, até 2018. Ou se Dilma conseguirá os votos dos poucos senadores que faltam para garantir um terço e voltar. Este cenário parece bem pouco provável. Os

50 Walter Benjamin. "Teses sobre a história" (1940).

51 Fernando Marcelino. "Governo Temer forma triunvirato da repressão para aplicar programa antipovo". *Brasil de Fato*, 17/05/16.

52 André Singer. "Curto-circuito?". *Folha de S. Paulo*, 11/06/2016.

protestos continuam, mas arrefeceram; podem talvez retomar força com as Olimpíadas ou com novas revelações da Lava Jato. Conseguirá a esquerda organizar uma greve geral? Se o segundo mandato de Dilma foi desastroso, pode-se dizer que sua saída (provisória?) foi literalmente pela porta da frente, com um discurso no Palácio com os ministros e outro com Lula e movimentos na frente do Planalto.

Quais as perspectivas políticas democráticas e das lutas nesse contexto? Estaríamos vivendo um *que se vayan todos* (em outras modulações, diferente do “clássico” argentino de 2001)? Talvez o principal ponto seja a erosão em curso, e acentuada, do sistema político. Antes da votação de abril, 60% defendiam a renúncia de Dilma e Temer e quase 80% do então presidente da Câmara, Cunha⁵³. Uma consulta acerca do presidente do Senado deve estar nesse patamar. Após um apagão de três meses sem pesquisas (!) as mais recentes parecem confirmar esse rechaço generalizado⁵⁴, inclusive a recém-divulgada do Instituto Datafolha (do mesmo grupo do jornal Folha de S.Paulo), cuja manchete inicial parecia fortalecer Temer, mas por um equívoco grave de manipulação; 62% dos brasileiros querem novas eleições e pouquíssimas pessoas defendem Temer⁵⁵. Ademais, dos quase 600 parlamentares, mais da metade sendo investigada por corrupção e as delações premiadas citariam políticos importantes de todos os partidos (embora o foco tenda a permanecer no PT).

Uma questão para a esquerda seria o que fazer em caso – plausível – de colapso total do sistema político? Outra seria se ela vai ser capaz de dinamizar e galvanizar a insatisfação social que deve aumentar por conta da austeridade, ajuste fiscal e políticas neoliberais. Isso vale para os dois pólos da esquerda, tanto o “institucional” quanto o “autônomo”. O PT não soube ganhar; contribuiu decisivamente para as mudanças no Brasil, mas não foi capaz de radicalizar as conquistas nem quando as ruas apontaram para isso (Junho de 2013). Infelizmente isso vale também para o outro pólo. O MPL, uma de suas expressões, incendiou o Brasil, pautou uma tema fundamental para a classe trabalhadora (transporte urbano), conseguiu sua inclusão como direito social na Constituição, ajudou na eclosão de um novo imaginário político radical, mas não logrou articular a luta contra a catraca do transporte para as outras cercas: da comunicação, da gestão da água escassa, da economia e tributos... É interessante perceber como ambos os pólos, o institucional e o autônomo, venceram, mas talvez não souberam ganhar.

A resistência ao golpe foi bem superior ao que supunham ou esperavam os seus propulsores, mas insuficiente para barrá-lo. Não impediu, mas golpeou o golpe.

53 “61% apoiam impeachment de Dilma e 58%, de Temer, diz Datafolha”. *G1*, 09/04/16.

54 Marina Rossi. “Aprovação do Governo Temer é de 13% e maioria não vê diferença com Dilma”. *El País Brasil*, 01/07/16.

55 Glenn Greenwald e Erick Dau. “Folha comete fraude jornalística com pesquisa manipulada visando alavancar Temer”. *The Intercept*, 20/07/16 e “A fraude jornalística é ainda pior: surgem novas evidências”. *The Intercept*, 21/07/16.

Conseguiu explicitar que um setor minoritário mas expressivo expressasse em alto e bom som a ilegitimidade do governo interino. Não logrou, no entanto, cativar a nova geração; “depois do golpe de abril de 2016, é compreensível que fiquem à margem de uma disputa que se dá no campo da Ordem. Dizer (como a esquerda) que foi um Golpe de Estado lhes é indiferente. Dizer (como a Direita) que não foi, também”⁵⁶. Paralela e concomitantemente a esta luta contra o golpe, uma nova geração vem se organizando numa chave mais autônoma, em uma série de mobilizações: ocupações de escolas em vários estados, marcha da maconha, ocupações dos aparelhos culturais contra a extinção do Ministério da Cultura, cryptorave, mulheres e LGBT contra a cultura do estupro, torcidas organizadas contra a Globo. Subversões múltiplas se reforçando e se conectando, sendo parte de um ciclo global que se expressa nas curdas, no Black Lives Matter, em Oaxaca e muitas outras partes do planeta.

Os secundaristas constituem uma dessas chamadas e ao ocuparem no fim de 2015 mais de duzentas escolas públicas em São Paulo contra um plano de reorganização do governo estadual do PSDB, executaram um “dos gestos coletivos mais ousados na história recente do Brasil, (...) esse movimento destampou a imaginação política em nosso País”. Desse modo, “já não se tolera o que antes se tolerava, e passa-se a desejar o que antes era impensável. Isso significa que a fronteira entre o intolerável e o desejável se desloca – e sem que se entenda como nem por quê, de pronto parece que tudo mudou: ninguém aceita mais o que antes parecia inevitável (a escola disciplinadora, a hierarquia arbitrária, a degradação das condições de ensino), e todos exigem o que antes parecia inimaginável (a inversão das prioridades entre o público e o privado, a primazia da voz dos estudantes, a possibilidade de imaginar uma outra escola, um outro ensino, uma outra juventude, inclusive uma outra sociedade!)”⁵⁷.

O que traz essa nova geração? Qual será sua relação com as instituições? Como se conectar e se apoiar mutuamente (inclusive para preparar-se para a repressão em curso e por vir; com a combinação da herança maldita deixada por Dilma na forma da Lei anti-terrorismo e o ímpeto repressivo do governo interino)? Como golpear em questões decisivas como o fim do etnocídio, o pagamento de impostos pelos ricos, fim do encarceramento em massa, do extermínio da juventude negra e dos assassinatos de lutadores? Como criar alianças novas, surpreendentes, pragmáticas e necessárias, composições micro-macro, soviets múltiplos? Como potencializar as atuais subversões e sua nova imaginação política? Como se relacionar com a “velha geração”? Qual o papel de Lula (cuja força ainda é significativa, chegando a liderar as pesquisas para 2018 embora não se saiba se poderá concorrer) e do PT nisso tudo? E o de um movimento fundamental, como o MTST? Um caldo vem se formando, parte de uma possível constelação; nesse sentido, o golpe em curso, retomando a ideia de um tipo de

56 Lincoln Secco. “Secundaristas”. *Blog da Boitempo*, 24/05/16.

57 Peter Pál Pelbart. “Tudo o que muda com os secundaristas”. *OutrasPalavras*, 13/05/16.

revolução subjetiva pode talvez ser pensado como uma contra-revolução.

criação

Na Guerra do Paraguai, o Império brasileiro convocou seus súditos para o combate, os chamados Voluntários da Pátria. Estes eram na verdade forçados, como no caso citado na abertura do texto; os “Voluntários involuntários” e numa perspectiva de mais longo curso, “os índios foram e são os primeiros Involuntários da Pátria”⁵⁸. Em recente reunião com a Frente Parlamentar da Agropecuária, o presidente interino teria declarado que “é uma coisa muito curiosa, essa questão das terras indígenas”, colocando que “vamos tentar solucionar esse problema”⁵⁹. Já imagina-se, facilmente, como... Golpes de ontem e de hoje, percebendo uma “história golpeada do Brasil”⁶⁰.

Em 2016, o cantor e compositor Chico Science faria 50 anos. Ele e seus parceiros, no início dos anos 1990, anunciam, como o manguebeat, um novo momento e talvez esse novo ciclo que se confirmou nas décadas seguintes, das periferias como ator chave, das margens criativas; não por acaso, o manifesto mais importante contra o golpe tenha vindo desses lados: por um democracia real⁶¹. Talvez uma revolução lenta. Este manifesto das periferias contra o golpe se conectaria, assim, com outro manifesto, “caranguejo com cérebro”, escrito em 1992 por Fred Zero Quatro. Pensando e atuando desde Recife (manguetown), Fred pergunta “como devolver o ânimo, deslobotomizar e recarregar as baterias da cidade? Simples! Basta injetar um pouco de energia na lama e estimular o que ainda resta de fertilidade nas veias do Recife”. Esse movimento buscava “engendrar um *circuito energético*, capaz de conectar as boas vibrações dos mangues com a rede mundial de circulação de conceitos pop. Imagem símbolo: uma antena parabólica enfiada na lama”⁶². O manguebeat retoma o fabuloso e original filósofo Oswald de Andrade, em sua leitura-re-leitura da antropofagia tupi e sua ideia de bárbaro tecnicizado, num fio subterrâneo e subversivo da contracultura brasileira.

De volta ao mangue. O mangue despido de sua imagem negativa de sujeira, pobreza, poluição, lixo, abandonado pelo “poder público” até ser aterrado e livrado à especulação imobiliária. O mangue como riqueza ecológica, fonte de conhecimento, vida e política. Os caranguejos são habitantes dos mangues, alimentam-se de detritos e são fundamentais para o manguezal, pois “cavam buracos, formando verdadeiros túneis, provocando a aeração da lama, facilitando a circulação da água e fornecendo proteção a

58 Eduardo Viveiros de Castro. “Os Involuntários da Pátria”. Aula pública durante o ato Abril Indígena, Cinelândia, Rio de Janeiro, 20/04/16.

59 Janio de Freitas. “Estrelas em cena”. *Folha de S. Paulo*, 14/07/2016.

60 Douglas Belchior. “A história golpeada do Brasil”. *Blog Negro Belchior*, 07/05/16.

61 Manifesto “Periferias contra o golpe”. Disponível em: <http://goo.gl/forms/ZK6G0QS1xY>

62 Fred Zero Quatro. “Caranguejos com cérebro” (1992). disponível em: https://pt.wikisource.org/wiki/Caranguejos_com_c%C3%A9rebro

outros animais. Quando cavam estes túneis os caranguejos promovem a renovação de nutrientes de camadas mais profundas da lama, permitindo a reutilização destes nutrientes por plantas e outros microorganismos”⁶³. A lama subversiva opondo-se à lama tóxica de uma das maiores tragédias ambientais da história do Brasil, ocorrida na cidade de Mariana, em Minas Gerais. Seriam, numa chave tropical, os caranguejos as toupeiras que eram para Marx, uma metáfora da revolução, ao circular imperceptivelmente por debaixo da terra até irromper disruptivamente? Na mitologia do candomblé, Oxalá tentou criar as pessoas de madeira, ar, água, fogo, pedra, azeite e vinho e não conseguia. Nanã deu-lhe então a lama e as pessoas foram modeladas no barro⁶⁴. Somos a cor da cor da terra, disse o Subcomandante Marcos na praça do Zócalo ao chegarem os zapatistas de uma longa marcha vinda do sudeste mexicano em 2001⁶⁵. E a voz dos que cultivam a terra⁶⁶. O ciclo anterior vitorioso foi vitorioso para a esquerda. O que nos dará o próximo? Vivemos tempos de golpe e de plantação; o mangue como imagem de um momento constituinte: saberá a esquerda criar?

63 Djalma Agripino de Melo Filho. “Mangue, homens e caranguejos em Josué de Castro: significados e ressonâncias”. *Hist. cienc. Saude-Manguinhos*, vol.10 no.2. Rio de Janeiro, Maio-Agosto de 2003.

64 Reginaldo Prandi. *Mitologias dos orixás*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

65 Palavras del EZLN el día 11 de marzo de 2001 em el Zócalo de la Ciudad de México. Disponível em: <http://submarcos.org/zocalo.html>

66 Debate entre Sônia Guajajara, Zé Celso e Guilherme Boulos. Teatro Oficina, São Paulo, 06/06/16. disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_rf89zFaNT8